

## O lugar pertinente ao negro: rudeza e sutileza da memória dominante em *Motta Coqueiro ou a pena de morte*.

Marcos Teixeira de Souza – Unigranrio

José Geraldo da Rocha - Unigranrio

**RESUMO:** A subalternidade a respeito do negro na sociedade brasileira perpassa, em grande medida, pela perpetuação de uma memória coletiva dominante, que vê o negro como sinônimo de um ser inferior em comparação ao homem branco; e que enxerga também o negro como um ser humano lascivo e promíscuo. Às vezes, de modo claro; outras vezes, de forma implícita, mas fortemente uma memória dominante anti-negro, estabelecendo assim uma hierarquia racial na sociedade, arquitetada para inferiorizar socialmente o negro. A Literatura Brasileira, no século XIX, desnudava recorrentemente tal problemática. Neste sentido, o presente artigo é resultante de estudos sobre o primeiro romance de José do Patrocínio, *Motta Coqueiro ou a Pena de Morte*, publicado em 1877, e raramente discutido na História ou na Literatura Brasileira.

**PALAVRAS CHAVE:** Memória; Negro; José do Patrocínio.

**ABSTRACT:** The inferiority about black permeates in Brazilian society, largely for the perpetuation of a dominant collective memory, which it sees black as synonym as a inferior man compared to the white man, and that also sees black as a human being lewd and promiscuous. Sometimes, clearly, and sometimes implicitly, but strongly anti-black dominant memory, establishing a racial hierarchy in society, socially engineered to abash the black. The Brazilian literature in the nineteenth century shows this problem repeatedly. This article is the result of studies on the first novel written by José do Patrocínio, *Motta Coqueiro ou a pena de morte*, published in 1877, and rarely discussed in history or in Brazilian Literature.

**KEYWORDS:** Memory, Black, José do Patrocínio.

É sabido que as arenas principais da luta do abolicionista José do Patrocínio foram a tribuna parlamentar, onde, como poucos, discursava eloquentemente a favor da Abolição; e, outra arena, os seus artigos políticos, nos quais ele escrevia de modo incisivo a problemática da escravidão no Brasil. Porém, é praticamente desconhecida sua atuação abolicionista na Literatura brasileira, como romancista, razão pela qual se fazem necessários estudos mais aprofundados sobre esta faceta pouco explorada pelos pesquisadores da Literatura.

A Abolição, em 1888, não deve estar descontextualizada de todo um pensamento social exposto no romance – que à época era lido em folhetim. Alvo frequente de discussão no século XIX, sobretudo, depois de 1850, quando se dá o fim do tráfico negreiro e se começa a pensar em um novo modelo econômico para adotar no Brasil, caso a escravidão findasse, a Abolição dos escravos, de modo indireto ou direto em alguns romances românticos e realistas, compunham um cenário de luta entre favoráveis e contrários à Abolição.

Entra em jogo, com o fim do tráfico negreiro, não só a questão econômica, mas também a preocupação com um modelo de sociedade, de cultura, de identidade, etc. que se procuraria delinear para o futuro do país. Obviamente estas questões não surgiram da noite para o dia, elas tomam mais corpo com a promulgação da Lei do ventre livre, em 1871; com o surgimento e crescimento de associações abolicionistas; e, sobretudo, com presença e ações destacadas de arautos, oriundos tanto da classe popular quanto da elite, tanto de pele negra quanto branca, tanto vinda da tribuna do parlamento ou de fora deste, que engendraram uma atmosfera de luta pela Abolição dos escravos.

Além disso, o Brasil do século XIX assistiu a uma profusão de personagens e ações promotoras da Abolição. Muitos destes personagens eram literatos e escreveram o dilema da escravidão em suas páginas.

Bernardo Guimarães (1825-1884), com *A escrava Isaura* (1841); Gonçalves Dias (1823-1864), com *A Escrava*, em 1846; José de Alencar (1829-1877), com *O Demônio Familiar* (1856); Castro Alves (1847-1871), com *Os escravos* (1883); Fagundes Varela (1841-1875), com *Mauro, o Escravo* (1864); Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), com *As Vítimas Algozes* (1869); Aluísio Azevedo (1857-1913), com *O mulato* (1881) entre outros; não declinaram da intenção de romancear o drama dos negros escravizados e/ou do preconceito racial. Dentre estes arautos e literatos, um dos proeminentes descenderia do norte fluminense: José do Patrocínio.

O discurso literário teve relevância no cenário abolicionista nas últimas décadas do século XIX. Na Literatura Brasileira, Alfredo Bosi (2006) diz que os anos setenta (do século XIX) constituíram um divisor no meio literário brasileiro, um momento florescente para uma literatura anti-romântica e promotora de assuntos mais consonantes à nação. Segundo Bosi (2006), com Tobias Barreto e a chamada Escola de Recife cresceram no meio literário toda uma elite pensante, a qual exerceria uma

expressiva importância no desenvolvimento das ideias culturais, políticas e sociais no Brasil.

É toda uma geração que começa a escrever por volta de 1875-80 e a afirmar o novo espírito crítico aplicando-o às várias faces da nossa realidade: Capistrano de Abreu no trato da História; Sílvio Romero, cobrindo com sua fortíssima paixão intelectual a teoria da cultura, as letras, a etnografia e o folclore; Araripe Júnior e José Veríssimo, voltados de modo intensivo para a crítica; (...); enfim, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, que exprimiram superiormente a vida social brasileira dos fins do século passado e dela participaram não só como escritores, mas também como grandes homens públicos de estirpe liberal.

Crescidos também nessa cultura, João Ribeiro, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Viana e Manuel Bonfim souberam, porém, transcendê-la em certos aspectos, motivo por que é preferível estudá-los imediatamente antes dos modernistas. (BOSI, 2006, p. 245)

O primeiro romance de José do Patrocínio, *Motta Coqueiro ou a pena de morte*, escrito em 1877, não estava indiferente à realidade social brasileira e à efervescência de ideias de diversos intelectuais brasileiros do período.

Com vinte e quatro anos, não insensível à escravidão e ao dilema de cor e classe social na sociedade fluminense e brasileira, antes se sentindo pertencente a estes dilemas, Patrocínio leva para sua primeira prosa estas questões, envoltas em suas memórias individuais, além das coletivas que habitavam na sociedade à época, e quiçá hoje.

Tendo como base em um fato verídico, ocorrido em 1853, numa província de Campos dos Goycatazes - RJ, o romance narra a história de Motta Coqueiro, influente político e fazendeiro do norte-fluminense, que é acusado pelo bárbaro homicídio, com requintes de crueldade, contra uma família de agregados que vivia em suas terras, na província de Macabu. A família de agregados, formada por Francisco Benedito, sua esposa e três filhas moças, um filho moço, chamado Juca, e mais duas crianças, viera de outras terras, e, num primeiro momento, conquista a simpatia da família de Coqueiro, excetuando somente o vício de Francisco Benedito pela bebida alcoólica.

No enredo, as três filhas do casal de agregados – Antonica, Mariquinhas e Chiquinhas – despertavam, por serem lindas, a atenção masculina da localidade, em especial, o interesse de três homens – Oliveira Viana, Manuel João e Sebastião, os quais

ao longo do romance, procurarão, cada um a seu modo, conquistar uma das filhas do agregado.

Dentre os três referidos rapazes, um deles se destaca na narrativa de Patrocínio: Manuel João, que questiona a si mesmo, por ser mestiço (ou negro), no tocante à possibilidade de uma moça branca e bela, como Mariquinhas, desejá-lo. No íntimo, Manuel João desconfia de uma suposta afronta de Motta Coqueiro contra a virgindade da moça. Esta suspeita é também alimentada pelos dois companheiros de Manuel João, que veem muita liberdade entre as filhas do agregado com o fazendeiro, o qual em sua propriedade mantinha também vários escravos.

Uma das escravas, chamada Balbina é singular no romance. Após ser expulsa da Casa grande, onde cuidava do filho do patrão, e ser lançada à senzala e ao trabalho no eito, esta se torna uma pessoa consciente, na própria pele, da aflição e condição imposta à etnia negra, sendo a principal voz dissonante diante do *status quo* colonial.

O trágico assassinato da família de agregados e suspeita da autoria de Motta Coqueiro, que é condenado à pena capital, isto é, ao enforcamento sem aparentemente um julgamento adequado, e com ares de conotação política, a fim de abrir a terceiros na cidade o controle político; bem como a suspeita viável em torno de outras personagens, entre elas, da esposa de Coqueiro, que desconfiava da fidelidade do marido, criam uma atenção propícia ao romance, além de outras tensões secundárias, que seriam bem exploradas por Patrocínio, como o dilema racial.

Embora o título da obra pressuponha a sina de Motta Coqueiro, dizer que o primeiro romance de Patrocínio concentra restritamente uma crítica à pena capital e, sobretudo, uma crítica ao sistema judiciário frágil e sujeito a interesses políticos e escusos da verdade seriam um equívoco. Se assim fosse, teria dissecado mais a fundo estas críticas ao longo do seu texto, e não as restringindo a dois ou três capítulos da obra. Com propriedade, o romance desenvolveu críticas à sociedade da época, à forma de se fazer política especialmente no âmbito provinciano, à estrutura social vigente, ao tratamento dado ao negro na sociedade rural, ao amor como mercadoria ou como sentimento atrelado às exigências de paridade de cor e/ou classe social entre os indivíduos, entre outras críticas menores que dão ao romance algumas tensões capazes de prender o leitor e levá-lo a refletir o *status quo* da sociedade fluminense e brasileira no século XIX.

O primeiro romance de Patrocínio mergulha e espelha um repertório de memórias pessoais e coletivas de Patrocínio, que misturadas ao texto ficcional e ao enredo proposto, permite ao leitor compreender por mais um ângulo – o literário – o tigre da Abolição, suas ideias e memórias.

Consciente integralmente ou não, a memória individual de um autor não se encontra dissociada do trabalho ficcional e inventivo. Por vezes, é ela o meio – e o romance é um desses importantes meios – pelo qual o autor expressa suas memórias individuais, em um misto de realidade na ficção, ou vice-versa, ora se utilizando de lembranças para, em sua obra, aclarar ou denunciar uma questão pessoal, obtendo uma catar-se; outrora, para retomar na memória individual um acervo auxiliar ou fundamental para o seu trabalho criativo de conceber um romance.

Por certo, não se pode levar todo um conteúdo de romance ao pé da letra como reprodução de uma realidade, como se fosse uma mera tradução da vida, das memórias do autor, transcritas integral ou parcialmente no texto ficcional. No entanto, pode-se, em menor ou maior grau, intuir uma proximidade, em muitos prosadores, a tríade *autor – memória pessoal – produção literária*, e encontrar elos significativos entre os três componentes, por meio de um olhar mais holístico, e não restrito a um dos componentes.

Evidentemente não estão transcritas todas as memórias individuais de Patrocínio nos seus textos. Contudo, o que se verifica é que há nos romances de Patrocínio, sobretudo em *Motta Coqueiro ou a pena de morte* (1977), percepções, sentimentos, pensamentos, lembranças, ações que remetem à figura de Patrocínio, à sua vida e a seus ideais, enxertadas explicita ou implicitamente na prosa.

O discurso literário, além do jornal e da tribuna parlamentar, foi paralelamente um canal expressivo e público de questões sociais quanto à promoção e à divulgação da campanha abolicionista. E, neste aspecto, em poucos romances que figurem a escravidão ou o drama do negro na estrutura social, escritos no século XIX, este romance de Patrocínio assumiria mais peculiaridades e informações sobre o período, sem falar que, como é sabido, que se trata de um romance baseado em fatos reais (ou em uma das versões dos fatos), o que corrobora para dar ao romance do jovem campista um caráter mais proeminente ainda.

O processo de construção de uma memória dominante acerca da inferioridade do negro está ligado a marcas do sistema escravocrata, que não se restringiram somente à dor no corpo do escravizado, imposto ao trabalho servil e desumano. Era um corpo, calejado e principalmente vitimado pela presença e força também de uma memória dominante, oriunda de teorias raciais de ordem teológica, social e científica, que fora solidificada ao longo de décadas, e naturalizada no imaginário coletivo brasileiro.

São marcas de dor, de exclusão, de preconceitos, de dilemas que se comprimem não só no corpo do negro escravizado, mas também no imaterial, ou seja, no imaginário do negro e da sociedade escravocrata uma condição de subalternidade da etnia negra na estrutura social à época. Em outras palavras, tais marcas entranhavam-se na memória individual e coletiva do negro escravizado e da sociedade respectivamente. Neste aspecto, cabe salientar o que considera Teresinha Bernardo, em *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo* (1998): *Pelo recurso à memória, é possível também captar os sentimentos experimentados, pois a lembrança do acontecimento vivido faz com aflorem o ódio, o amor, a alegria, a tristeza, o conformismo, a revolta.* (1998:33)

Durante o século XIX, a problemática da escravidão no Brasil foi uma das principais pautas da sociedade e da política. Como desdobramento, o papel do negro numa sociedade escravocrata e numa sociedade pós-escravocrata, caso a abolição se efetivasse, dividia setores da sociedade civil e política, entre favoráveis e contrários à Abolição.

Este ritmo lento em que fora traçado o caminho até a conquista da Abolição comprova a timidez ou a resistência de certos setores da sociedade civil e do governo brasileiro em proporcionar a liberdade aos escravos. Parte desta resistência não só se explica no âmbito das perdas econômicas que alguns setores da sociedade haveria de ter, mas também pelas ideologias e falas presentes e correntes nela, que enxergavam o negro como um ser inferior.

Ideologias que se sustentavam sobre a égide da Cientificidade, o que tornava o embate de uma suposta desigualdade racial entre brancos e negros mais legitimada no Brasil. Neste aspecto, três cientistas europeus forneceriam supostos argumentos científicos para demonstrar a inferioridade do negro em relação ao branco e, suas respectivas teorias, com maior ou menor grau, teriam peso relevante no tratamento racial dado aos negros no Brasil.

Em 1758, Carolus Linnaeus (1707-1778), criador do sistema de classificação dos seres vivos, nomeou a espécie humana em *Homos sapiens*, e a subclassificou em quatro subespécies: os vermelhos americanos, que segundo Linnaeus seriam “geniosos, despreocupados e livres”; os amarelos asiáticos, “severos e ambiciosos”; os negros africanos, “ardilosos e irrefletidos”, e os brancos europeus, “ativos, inteligentes e engenhosos”.

Outro cientista que dissertou sobre a inferioridade do negro fora o francês Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882). As teses de Gobineau sobre as raças humanas foram explicitadas na obra *Ensaio sobre as desigualdades das raças humanas* (1855). Nela, Gobineau, além de ver sobejamente o negro como uma raça inferior à branca, aclarava que a miscigenação entre as raças humanas significaria uma potencial degeneração da espécie humana. Gobineau, que viveu um pouco mais de um ano no Brasil na condição de diplomata, representando o governo francês e que se tornou amigo do Imperador Dom Pedro II, talvez tenha sido o principal pensador estrangeiro a deixar no imaginário coletivo e na intelectualidade brasileira o germen de uma suposta inferioridade do negro em relação ao branco.

Estas teses raciais influenciaram, em maior ou menor medida, pensadores brasileiros como Nina Rodrigues, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, entre outros. E encontraram boa receptividade na sociedade brasileira, tornando-se uma útil serventia política para instrumento de dominação por parte de uma elite branca.

Adentrando neste aspecto, em *Motta Coqueiro ou a pena de morte*, dois exemplos podem ser extraídos para evidenciar a presença de memórias dominantes concernentes à subalternidade do negro na estrutura social: uma fala rude do personagem Juca (branco) contra o feitor Fidélis (negro); e a sutil tríade dos apaixonados pelas filhas de Francisco Benedito.

Em relação ao primeiro exemplo citado, essa fala expressiva de Juca, filho de Francisco Benedito, calcada na memória coletiva e dominante, serve como um ponto de partida para compreender o dilema de cor:

Oh! negro, gritou Juca Benedito, não me obrigues a fazer com que conheças o teu lugar! Olha que o subdelegado ainda tem *bacalhaus* em casa para quebrar a proa aos *perrengues* malcriados! (PATROCÍNIO, 1977, p.161)

Como exemplo entre tantos visíveis no romance, o que o personagem Juca, branco, afirmava seria a existência de posições sociais e raciais pré-definidas na sociedade brasileira. A posição do negro tinha de ser obrigatoriamente inferior em relação ao branco.

Este incidente entre o filho de Francisco Benedito e o feitor Fidélis, que era negro, embora tenha aparentemente sido o único embate físico entre brancos e negros na obra, não seria solitário aos conflitos inter-raciais, numa perspectiva psicológica. Em muitas passagens, fica nítido o interesse do autor em dar voz a alguns personagens negros em relação ao drama da cor negra no cenário escravocrata-latifundiário, o que provocaria e alimentaria o embate entre os personagens brancos e negros.

Contudo, muitas falas dos personagens negros sobre a escravidão, sobre o dilema da cor, entre outros aspectos são postas em diálogo com o semelhante, ou seja, com outro membro da mesma etnia (ou raça), a qual compreende os problemas inerentes à cor e à classe social. Elas não são concebidas geralmente no diálogo com o opressor branco, e tal característica geralmente imprime a elas, para o leitor, uma feição de monólogo, de desabafo, de introspecção em paralelo ao silêncio a que estavam sujeitos os negros perante o senhor branco:

Às vezes o serviço era dirigido pelo senhor em pessoa; mas o aspecto da casa não se alterava, porque vindo só para o sítio, Motta Coqueiro apenas era visto em casa quando de manhã muito cedo ditava ordens ao seu feitor ou à noite ouvia dele a narração do serviço feito. Em face deles quedavam então os escravos alinhados e taciturnos. (PATROCÍNIO, 1977, p.42)

Seja no diálogo direto com o opressor ou nas falas introspectivas ou ditas entre os personagens da mesma etnia (negra), o embate permanecia para o leitor quanto às memórias dominantes expressas, bem como o contraponto a elas, empreendidas, vez ou outra, perspicazmente por Patrocínio, forçando o leitor a pensar no drama do negro e da escravidão.

No romance *Motta Coqueiro ou a pena de morte*, Patrocínio se vale, em considerável, de suas memórias pessoais, do ponto de vista da concepção bergsoniana, isto é, de que *o passado se move para o presente* (BERGSON, 2006, p. 47). No entanto, a memória acerca da escravidão aclara nas páginas de uma forma contundente,

mostrando as relações escravocratas, revelando os dilemas de cor e classe social presentes na sociedade, aprofundando assim questões não muito levantadas por outros romancistas de sua época.

À medida que o leitor passa a ter contato com a biografia do autor do romance, percebe lembranças, conflitos e dilemas oriundos da memória do romancista postos na vida, memórias e ações de vários personagens na obra, sejam elas masculinas ou femininas. Misturada ao texto ficcional, existe na obra uma memória pessoal que se revela às vezes como uma proposta de memória social da escravidão, uma vez que o autor na obra retrata a sociedade (especialmente a rural), a partir de seu prisma, tal como ela, com um olhar realista, que torna o romance não só uma obra literária, mas também um registro da escravidão, um documento, cujas linhas explicitam uma sociedade perversa contra o negro, mesmo tendo neste romance um protagonista branco morto, no entender de Patrocínio, de modo injusto.

No texto, em determinados momentos, a memória pessoal do autor se funde aparentemente com a memória coletiva de sua época. Tal dinâmica é compreensível porque o autor é uma pessoa mergulhada na causa abolicionista e atuante nos assuntos da sociedade de sua época. Conforme explica Halbwachs, as duas memórias (a individual e a social) não estão dissociadas, separadas, e sim intercambiantes, inter-auxiliares mutuamente, como disse Halbwachs (2006)

Se essas duas memórias interpenetram com frequência, especialmente se a memória individual, para confirmar algumas de suas lembranças, para torná-las mais exatas, e até mesmo para preencher algumas de suas lacunas, pode se apoiar na memória coletiva. (HALBWACHS, 2006, p. 71).

No momento em que Patrocínio escreve o romance, a memória individual de Patrocínio e a memória coletiva a respeito do negro na estrutura escravocrata se entrecruzam, e definir o limite entre o início de uma ou o término da outra não constitui uma tarefa a princípio realizável. Porém, o resultado, ou seja, o romance escrito pode-se dizer que é fruto da mistura das memórias do autor e das do autor formadas ou tidas no contato com o coletivo, que geram um romance contundente no tocante às relações raciais entre brancos e negros.

Além da fala de Juca, pedindo para que o personagem Fidélis reconheça o lugar subalterno da raça negra, outra questão que rememora uma memória dominante no

texto, ainda que em nível mais implícito ou subliminar, é a tríade Oliveira Viana, Sebastião Pereira e Manuel João. Esses três personagens ao longo da trama aparecem geralmente juntos, unidos em prol de conquistar uma das três filhas do personagem Francisco Benedito.

A forma como são descritos revela que há uma gradação entre os três, em que Oliveira Viana e Sebastião aparentam ser mais racional e emocionalmente mais equilibrados do que Manuel João. Em hipótese, a concepção reinante na época de que o branco seria um ser humano mais dotado psicologicamente que o negro. Patrocínio não explicita no seu texto a raça (ou a cor) de Oliveira Viana e de Sebastião Pereira. Sugere, porém, que tais eram brancos, pela ausência da problematização da cor destes em paralelo a Manuel João, no enredo. Por outro lado, expõe e problematiza a raça de Manuel João, e logo na primeira citação, na qual ocorre a enunciação dos três novos personagens no enredo:

Havia três indivíduos a quem tamanha familiaridade incomodava. Eram eles Manuel João, um mulatinho de vinte e poucos anos, bem apessoado e falante, - um pernóstico, segundo o Viana da venda; o Sebastião Pereira, robusto rapaz que morava perto das terras de Coqueiro, e muito conhecido pela perícia em tocar viola e cantar o desafio; e o Viana da venda já meio maduro - como dizia o André inspetor, e creio mesmo que ligado por laços matrimoniais. Cada um desses três indivíduos suspirava muito em segredo por uma das morenas do Chico Benedito - por *pena* das pobres raparigas. (PATROCÍNIO, 1977, p. 44)

A questão racial de Manuel João é posta ao lado de uma visão de Viana, isto é, de um branco que classifica, caracteriza, prejudica um mulato (ou negro): *um pernóstico*, no sentido de um espevitado. Não aparece a visão de Manuel João sobre o Viana, e sim o contrário, o que reforça a concepção, calcada numa memória dominante, de que o negro pode ser retratado inferiormente por um branco, e não de outra forma.

Convém dizer que o vendeiro Oliveira Viana não é retratado por Patrocínio como uma figura benéfica, no sentido de ser um bom caráter, como bem se exemplifica nesta passagem:

A crueldade dos desdêns de Viana conteve a desgraçada moça. Ao passo que o insultador, despeitado, afastava-se ela quedava perplexa, não adiantava. Havia desfeito entre eles um grande charco de lodo; - era o caráter do vendeiro. (PATROCÍNIO, 1977, p. 139)

Apesar de mau caráter, prevalece no texto um *Viana* inteligente, articulador, líder entre os três postulantes ao amor de uma das três filhas de Benedito.

Com a boa vontade de um sequioso que farta-se a beber água salobra, o vendeiro saciava neste martírio a sua desforra indigna; corvejavam-lhe jubilosos, sobre a hediondez do caráter, os instintos da perversidade fria e calculista. (PATROCÍNIO, 1977, p. 145)

Por outro lado, o mulato (ou negro) Manuel João é visto no romance como um indivíduo temperamental, desequilibrado.

Despertado ao torpor, que o avassalara, pelo barulho dos escravos, Manuel João acompanhou-os até o terreiro com aparente bom humor, levando o seu recalcar de sofrimentos ao ponto de sorrir benevolamente à repetição da censura, que na véspera lhe havia sido feita pelo amo. (PATROCÍNIO, 1977, p. 86)

O episódio no qual Manuel João e Mariquinhas se encontram à noite sozinhos na sala da casa de Benedito demonstra também o destempero visto pelas teorias da degeneração como característico do mulato e do negro:

- Não brinque, *sá* Mariquinhas; eu não saio hoje daqui sem saber se devo viver ou morrer. Eu não vim cá por *sá* Antonica; eu vim para certificar-me de que você me estima. Quero que jure-me, que repita uma, cem vezes: eu só serei tua, só tua... (PATROCÍNIO, 1977, p. 101).

Por falar neste episódio, além de ser rico, é emblemático no que se refere à caracterização do homem mulato e negro, tidos como violento e lascivo. Abundam neste acontecimento e em outros, no enredo, que apontam para esta crença, oriundas da memória dominante e de supostas teorias científicas:

Um observador perspicaz, ao ouvir estas palavras, compreenderia imediatamente que na memória de Manuel João desenhava-se na suavidade do seu amorenado a pedir uma paixão selvagem, indômita, a imagem de Mariquinhas. (PATROCÍNIO, 1977, p. 62)

Os adjetivos *selvagens e indômitos, expostos* acima, apontam para o suposto grau elevado de lascividade do negro (e dos mestiços). A seguir, a passagem indica promiscuidade, também concernente ao mulato e ao negro:

Desde que Manuel João empregara-se como feitor no sítio de Motta Coqueiro, íntimas relações foram travadas entre eles.

Separados durante o dia em virtude de suas posições, ela - escrava do *eito* e ele - feitor, reuniam-se à noite na igualdade do amor, e ceavam juntos entre risos e carícias. (PATROCÍNIO, 1977, p. 64)

E a violência considerada peculiar ao mulato e ao negro:

O seu plano de sedução malogrou-se, era mister levar a cabo o segundo: o da violência.

Levou a mão a cinta; estava desarmado; voltou então para junto de Mariquinhas e, travando-lhe do punho, disse-lhe com um acento que a fez tremer:

- Uma palavra mais, e eu que te estimo como um doido, arranco-te a língua como um malvado. Olha que já há noites que eu penso nisto; enforquem-me depois, mas eu hei de chamar-te minha hoje, já... Uma palavra mais e... esta casa tem armas e no meu pulso há força. (PATROCÍNIO, 1977, p. 101)

A abundância destas citações ao longo da trama sobre o temperamento e comportamento de Manuel João, aliadas às ausências de exemplos semelhantes no tocante às caracterizações e às ações de Oliveira Viana e Sebastião Pereira, depõem contra Manuel João; e desqualificam o personagem negro ou mestiço, por mais que os três personagens sejam de caráter enganoso:

- Está bom, está bom, *seu* Viana; nenhum de nós engana um ao outro; você não quer nem queria casar-se com Antonica e podia fazer como nós, não quis por tolo. Venha daí e veja se acomoda o velho. Nós temos sido amigos até hoje e não devemos brigar por cousas de pouca monta. A zanga da menina há de passar; assim seja você bom para ela agora. (PATROCÍNIO, 1977, p. 146).

O romancista campista, na função de narrador, articula bem esta dicotomia *homem branco e homem negro*, sem muitos posicionamentos subjetivos, o que é próprio de uma literatura que se apresenta como realista ou que se dirige para tal movimento literário. Há uma sutil busca pela neutralidade do narrador ao descrever esta polaridade,

tal como se o narrador estivesse impregnado pela memória dominante ao contar a história.

A fala de Juca a respeito do lugar do negro, sem sutilezas e direta, contrasta por sua vez com a narração implícita da desigualdade racial entre o homem branco e negro, vista na tríade Oliveira Viana, Sebastião e Manuel João. Contudo, nos dois exemplos citados, há um forte apelo para que a memória dominante se retroalimente cotidianamente na sociedade brasileira.

Seria, porém, com a personagem escrava Balbina que Patrocínio estabeleceria um vigoroso contraponto a estas memórias dominantes, levando o leitor a lê – na terminologia de Pollak (1989) – uma memória subterrânea, ou seja, uma memória emergida do esquecimento ou do anonimato, que fora propositalmente apagada por um grupo dominante, mas que seria posta em cena por Patrocínio para enunciar a voz de alguns personagens negros.

Com *Motta Coqueiro ou a pena de morte*, Patrocínio denuncia a exclusão da raça ou (etnia) negra, o drama dos agregados, a concentração de poder econômico e político nas mãos de uma pequena elite branca, o latifúndio, entre outros temas, evidenciando assim o atraso social brasileiro.

Um dos méritos da obra, além das citadas, reside na maestria de Patrocínio em articular bem o dominante e o excludente na sociedade, sem abrir de mão de deixar o leitor a interagir com estes dois universos, aclarando, contudo, a crueldade do sistema escravocrata e da aplicação da pena de morte, no seu entender, de modo injusto contra *Motta Coqueiro*.

Embora de notável sucesso à época, como esclarecem, entre outros, Moller (2007) e Magalhães Junior (1969), entende-se historicamente o esquecimento da obra na Historiografia literária. O enforcamento de um membro da elite branca, como se deu com *Motta Coqueiro*; e a insurgência de uma voz negra, como seria a dissonante voz de Balbina no romance, não seriam bem aceitas pela elite branca do pós-abolição ou das décadas subsequentes, a fim de que prontamente estivessem nas prateleiras de nossas estantes e ou nas páginas de nossos livros didáticos.

Neste sentido, por trás do evento trágico, ou seja, do homicídio contra uma família de agregados por um suposto fazendeiro, percebe-se a existência de um romance que, de certo modo, politiza e cria uma consciência racial, para que se compreendam

algumas das marcas identitárias e memórias dominantes e esquecidas no tocante aos negros no Brasil colonial, enveredando assim o caminho para a Abolição, como desejava Patrocínio, que se daria menos de onze anos depois da publicação do romance.

### **Referências bibliográficas**

ALVES, Uelinton Farias. *José do Patrocínio : a imorredoura cor do bronze*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BERGSON, Henri. *Memória e vida; textos escolhidos por Gilles Deleuze*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERNARDO, Terezinha. *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 1998

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. 43ª Ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1969.

PATROCÍNIO, José do. *Motta Coqueiro ou a pena de morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1977.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Cpdoc/Fundação Getúlio Vargas. v.2, nº 3, 1989. p. 3-15.